



**Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte**  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

**LEI MUNICIPAL Nº 221, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2008.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA DE IPIRANGA DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Senhor **ORLEI JOSÉ GRASSELLI**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores, **APROVOU**, e ele **SANCIONA**, a presente Lei:

**Capítulo I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e adolescente, e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

**Art. 2º** - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito Municipal, dar-se-á, através de:

**I** - Políticas sócio-básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outros que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

**II** - Políticas e programa de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

**III** – Serviços Especiais, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único:** O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a criança e o adolescente.

**Art. 3º** - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

**I** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**II** – Conselho Tutelar.

**Art. 4º** - O Município deverá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer Consórcio Intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, bem como subsidiar entidades não governamentais, ouvindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**§ 1º** - Os Programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a dar:



**Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte**  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio Sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade Assistida;
- f) Semi-liberdade;
- g) Internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam:

- a) Prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) Identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) Proteção jurídico-social;

**Capítulo II**

**Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**Art. 5º** - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 1º. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tem como receita:

- a) Contribuição ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência referidas no Art. 260, da Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991;
- b) Contribuições dos governos e organismos internacionais e estrangeiros;
- c) Recursos destinados ao Fundo Municipal no Orçamento do Município;
- d) Doações, auxílio, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- e) O resultado de aplicações no mercado financeiro, observada à Legislação pertinente;
- f) Os valores provenientes de multas decorrentes de condições em ações civis ou de imposição de penalidade administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90;
- g) Recursos provenientes dos Conselhos Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- h) Outros recursos que lhe forem destinados.

§ 2º – O Fundo Municipal é vinculado ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar sobre os critérios da utilização de suas receitas.

**Art. 6º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é paritário e composto de no mínimo 06 (seis) membros e o máximo 12 (doze) membros, sendo:



**Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte**  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

**I – 50% representantes do Governo Municipal;**

**II – 50% representantes de entidades não-governamentais, que se destinem à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, podendo envolver representantes de Igrejas, Clubes e Prestação de serviços, e outras entidades.**

**§ 1º - Os Conselheiros representantes do Governo Municipal e órgãos, serão indicados por seus respectivos titulares e nomeados pelo Prefeito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação para nomeação e posse pelo Conselho.**

**§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará as Sociedades Cívicas, previstas no item II desta cláusula, com sede no Município de Ipiranga do Norte, para indicar o respectivo representante que irá compor o Conselho, observando o prazo estabelecido no parágrafo anterior.**

**§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes indicados quando da necessidade pelos seus representantes.**

**§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandatos de 03 (três) anos, admitindo-se a renovação apenas por uma vez por igual período.**

**§ 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá entre seus pares um presidente, um vice-presidente e um secretário-geral, para mandato de 3 (três) anos.**

**§ 6º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.**

**§ 7º - O membro eleito Presidente exercerá direito de voto, em caso de empate.**

**Art. 7º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:**

**I – Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; definindo prioridades e controlando as ações de execução;**

**II – Assistir na formulação das Políticas Sociais de interesse da Criança e do Adolescente;**

**III – Deliberar sobre a convivência e oportunidade de Implantação de Programas e Serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais;**

**IV – Elaborar seu regimento interno;**

**V – Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de Conselheiros, nos casos de vacância e término de mandato;**

**VI – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar;**



***Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte***  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

**VII** – Deliberar sobre as prioridades a serem executadas pelo Poder Executivo, relativo ao Fundo Municipal, sugerindo a alocação de recursos para os Programas das entidades governamentais e repasse das verbas para as entidades não-governamentais;

**VIII** - Propor o orçamento-programa municipal destinado à Assistência Social, Saúde, a Educação e ao funcionamento do Conselho Tutelar, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

**IX** – Propor a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas, para a infância e a juventude;

**X** – Proceder à inscrição de programas de proteção sócio educativo, de entidades governamentais e não governamentais, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90;

**XI** – Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao adolescente, órfã ou abandonado de difícil colocação familiar.

**Capítulo III**  
**Do Conselho Tutelar**  
**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 8º** - Fica criado 01 (um) Conselho Tutelar, permanente e autônomo, não jurisdicionado, integrado por 05 (cinco) membros eleitos para o mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução, e que exercerão as atividades de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

**Parágrafo único** - O Conselho Tutelar será organizado dentro dos seguintes critérios;

**I** – Funcionamento ininterrupto, inclusive em finais de semana e feriado, obedecido à escala de rodízio entre seus membros;

**II** – Deslocamento, sempre que necessário, de parte ou da totalidade dos membros do Conselho, para Fiscalização de sua iniciativa ou na coordenação ou na apuração de denúncias.

**Art. 9º** - Os Conselheiros serão escolhidos pela Comunidade local, em processo de escolha sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização da promotoria de Justiça da Comarca.

**Parágrafo único.** Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores no Município até 03 (três) meses antes da escolha.

**Seção II**  
**Dos candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar**



***Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte***  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

**Art. 10º** - Somente poderão concorrer á eleição os candidatos que preencham, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I** – Reconhecida idoneidade moral e civil;
- II** – Idade superior a vinte e um anos;
- III** – Residir no Município pelo menos a 01 (um) ano;
- IV** – Escolaridade mínima de Ensino Fundamental completo;
- V** – Estar no gozo dos Direitos Políticos;
- VI** - Ser aprovado em prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); da qual caberá recurso ao CMDCA.
- VII** – Ser considerado apto em avaliação psicológica, realizada por profissional legalmente habilitado para tal fim, psicólogo.

**Art. 11º** - A candidatura deve ser registrada no prazo determinado pelo edital mediante apresentação de requerimento endereçado ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhado dos documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo anterior.

**Seção III**  
**Da realização do Pleito**

**Art. 12º** - A eleição será convocada pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos, dos Conselheiros Tutelares, mediante edital, publicado na imprensa local e afixado em locais de grande circulação, ou ainda, em casos excepcionais, em no máximo 180 (cento e oitenta) dias, após o término do mandato, quando excepcionalmente haverá prorrogação deste, pelo mesmo prazo.

**Seção IV**  
**Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos.**

**Art. 13º** - Concluída a apuração dos votos, o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, mandando publicar os nomes dos candidatos, números de Sufrágios recebidos e o resultado da escolha.

§ 1º - Os cinco primeiros colocados serão considerados escolhidos, ficando os demais, observada a ordem de votação, na condição de suplentes;

§ 2º - Havendo empate na votação será considerado escolhido o candidato mais idoso;

§ 3º - Os escolhidos serão empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando posse no cargo de Conselheiro no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, levando em consideração o disposto no artigo anterior;

§ 4º - Ocorrendo à vacância do cargo, assumirá o suplente que tenha obtido o maior número de votos.



**Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte**  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

**Seção V**  
**Dos Impedimentos**

**Art. 14º** - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

**Parágrafo único.** Estende-se o impedimento do Conselho na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

**Seção VI**  
**Das Atribuições e Funcionamento do Conselho**

**Art. 15º** - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições dos artigos 95 e 136, da Lei Federal nº 8.069/90.

**Art. 16º** - As sessões serão instaladas com cinco Conselheiros.

**Parágrafo único.** As decisões serão tomadas por maioria de votos.

**Art. 17º** O conselho atenderá formalmente as partes mantendo registros das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

**Art. 18º** - As sessões serão realizadas em dias de conveniência do Conselho Tutelar, com calendário apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Seção VII**  
**Da Competência**

**Art. 19º** - A Competência será determinada:

**I** – Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;

**II** – Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, á falta dos pais ou responsável;

**§ 1º** - Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da atuação ou omissão, observada as regras de conexão, contingência e prevenção.

**§ 2º** - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável, ou local onde se sediar a entidade que abriga a Criança ou Adolescente.

**Seção VII**  
**Da Remuneração e da Perda do Mandato**



**Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte**  
**Estado de Mato Grosso – CNPJ 07.209.245.0001-72**  
**Rua dos Girassóis s/n – Centro – CEP 78.578.000**

**Art. 20º** - Caberá à Administração Pública Municipal fixar a remuneração ou gratificação aos membros do Conselho Tutelar, atendidos os critérios de convivência, oportunidades e isonomia, tendo por base o tempo dedicado à função e as peculiaridades locais.

§ 1º - Os membros titulares do Conselho Tutelar farão jus, mensalmente, a uma remuneração, mensal, como ajuda de custo, no valor de 01 salário mínimo vigente no país.

§ 3º - Sendo eleito funcionário público, fica-lhe facultado, no caso da remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

**Art. 21º** - Os recursos necessários à eventual remuneração dos membros do Conselho Tutelar terão origem em dotação própria a ser criado para o atendimento do Conselheiro Tutelar.

**Art. 22º** - Perderá o mandato o Conselheiro que se ausentar injustificadamente a 03 (três) sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato, denuncia formal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à Promotoria de Justiça, ou se for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

**Parágrafo único** – A perda de mandato será decretada judicialmente, por iniciativa do Ministério Público, assegurada ampla defesa.

**CAPÍTULO IV**  
**Das Disposições Transitórias**

**Art. 23º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para as despesas decorrentes do cumprimento dessa lei.

**Art. 24º** - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas na lei Municipal nº 35/2005 de 19 de maio de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 11 dias do mês de Novembro de 2.008.

ORLEI JOSÉ GRASSELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Registre-se e Publique-se**  
**Data Supra**